
**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014.**

Recife, 26 de junho de 2015.

Ilmos. Srs.
Diretores e Administradores
SUAPE - COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS
Ipojuca - PE

Examinamos as demonstrações contábeis da SUAPE - COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, de resultados abrangentes, dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da SUAPE - COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis.

Conhecimento que Gera Valor

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

- 1) Os exames efetuados nos controles internos da empresa para os saldos de Ativos Não Circulante do Imobilizado no valor contábil líquido de R\$ 5.016.847 (R\$ 2.723.169 em 2013), do Ativo Intangível no valor R\$ 44.322 mil (R\$ 29.780 mil em 2013), e de Cauções e Depósitos Vinculados que incluem os Depósitos Judiciais no valor de R\$ 18.482 mil (R\$ 16.914 mil em 2013), do Passivo Não Circulante na rubrica de Outras Obrigações no valor de R\$ 912 mil (R\$ 912 em 2013) e de Reservas de Capital do Patrimônio Líquido no valor de R\$ 985 mil (R\$ 985 mil em 2013), indicam a necessidade de ajustes no processo de informação que alimentam os sistemas. Como consequência, não foi possível a aplicação de determinados procedimentos de auditoria que permitisse uma apreciação integral e adequada sobre os valores consignados nas respectivas rubricas e seus efeitos nas correspondentes contrapartidas patrimoniais e de resultado, razão pela qual, deixamos de emitir opinião sobre os saldos dessas contas.
- 2) Conforme descrito nas notas explicativas 2, 3h e 12, a empresa realizou avaliação do custo atribuído de seus ativos imobilizados, conforme facultado pelas normas contábeis na adoção inicial para atender a convergência as normas internacionais. Com base nos laudos de avaliação foi registrado no Ativo Imobilizado sob a rubrica de Avaliação a Valor Justo o montante de R\$ 2.172.811 mil, tendo como contrapartida a conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial do Patrimônio Líquido. Os efeitos não foram reconhecidos de forma retrospectiva sobre as demonstrações contábeis de 2013. O registro contábil da avaliação patrimonial em 2014 foi efetuado sem a devida autorização aprovada através de reunião do Conselho de Administração, conforme estabelecido pelas normas vigentes. Considerando que a

empresa vem realizando esforços para implantação de controles internos efetivos sobre os saldos dos ativos imobilizados, os valores de mais valia apurados na adoção inicial de avaliação do custo atribuído estão sujeitos a revisões que poderão resultar em eventuais ajustes quando da conclusão dessas análises, com reflexo sobre os saldos do Imobilizado e Patrimônio Líquido, razão pela qual deixamos de opinar sobre o saldo dessas contas.

- 3) A empresa não atualizou no exercício de 2014 a aplicação das taxas de depreciação com base na vida útil estimado dos bens integrantes do Ativo Imobilizado, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R2) - Ativo Imobilizado. Conseqüentemente, ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais ajustes decorrentes das taxas de depreciações e seus reflexos sobre o Ativo Imobilizado, Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício.
- 4) Não foi reconhecido o montante de R\$ 738.756 mil referente à provisão para tributos diferidos do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, devidos sobre o valor do ajuste da avaliação patrimonial do Ativo Imobilizado. Como consequência, estão positivamente afetados o Passivo Não Circulante e o Patrimônio Líquido nesse mesmo valor.
- 5) Conforme descrito na nota explicativa 17, a empresa possui registrado no Passivo Não Circulante na rubrica de Provisão para Contingências o montante de R\$ 11.524 mil (R\$ 11.524 mil em 2013). Com base na opinião dos consultores jurídicos, através das cartas de circularização, foram avaliados com indicação de possibilidades de perdas prováveis os processos cujas causas totalizam R\$ 2.998 mil. Conseqüentemente, o montante da Provisão para Contingência está avaliado a maior em R\$ 8.526 mil, afetando negativamente o Passivo Não Circulante, o Resultado do Exercício e o Patrimônio Líquido nesse mesmo valor.
- 6) O saldo da rubrica de Tributos e Contribuições a Recuperar do Ativo Circulante está apresentado a maior em R\$ 986 mil e a rubrica de Créditos Fiscais do Ativo Não Circulante a maior em R\$ 1.496 mil, cujos ajustes contábeis de regularização somente foram reconhecidos no exercício de 2015. Como consequência, estão positivamente afetados pelo valor de R\$ 2.482 mil esses Ativos, o Resultado do Exercício e o Patrimônio Líquido.



Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos de possíveis ajustes que poderiam resultar da aplicação dos procedimentos de auditoria omitidos mencionados nos parágrafos de "1" a "3", e exceto quanto aos efeitos decorrentes dos assuntos descritos nos parágrafos de "4" a "6" de Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis, as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SUAPE - COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS, em 31 de dezembro de 2014, o resultado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

- 1) Conforme mencionado nas notas explicativas 1 e 3m, está registrado no Passivo Não Circulante na rubrica de Recursos da União o montante de R\$ 647.883 mil (R\$ 623.533 mil em 2013) refere-se aos recursos recebidos de convênios com a União representados na sua maioria por obras de infraestrutura realizadas na região portuária já concluída e aguardando a aprovação das prestações de contas e, também, de outras obras ainda em fase de execução. De acordo com a Resolução nº 1.305/10 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprova a NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, os recursos recebidos a título de subvenção para investimentos, somente quando atendidos os requisitos para seu reconhecimento, devem ser baixados em conta de resultado de acordo com os mesmos critérios de realização das depreciações dos bens imobilizados vinculados. A empresa, ainda não concluiu as análises sobre os saldos dos respectivos ativos imobilizados construídos com recursos oriundos de convênios. Ainda, não nos foi possível determinar os possíveis ajustes contábeis decorrentes e seus reflexos sobre os saldos do Passivo Não Circulante, Resultado do Exercício e Patrimônio Líquido.
- 2) Conforme mencionado na nota explicativa 15, está registrado no Passivo Não Circulante sobre a rubrica de Recursos Petrobras o valor de R\$ 784.170 mil (R\$ 777.906 mil em 2013), relativos a diversos adiantamentos recebidos da Petrobras destinados a aplicação em obras de infraestrutura e operação da Refinaria Abreu e Lima. Conforme as regras contratuais, parte dos adiantamentos no valor de R\$ 460.728 mil será compensada com futuro fornecimento de serviços e o restante no valor de R\$ 323.442 mil será convertido em recursos de subvenções recebidas para realização de acordo com o prazo contratual estabelecido de 25 anos, mediante as apropriações das depreciações de bens vinculados as obras contratadas. Os

Conhecimento que Gera Valor

desembolsos realizados pela Petrobras nessas operações estão sendo fiscalizados pelas Autoridades Brasileiras. A administração da empresa entende que os referidos saldos não estão sujeitos a revisões e/ou ajustes. Caso ocorra necessidade de proceder a eventuais ajustes contábeis sobre os saldos dessas transações no curso normal dos negócios, seus reflexos afetarão o Passivo Não Circulante, o Resultado do Exercício e o Patrimônio Líquido.

3) Conforme mencionado nas notas explicativas 3f de Tributos a Compensar e 21 de Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social, a empresa reconhece no Ativo Não Circulante tendo como contrapartida conta de resultado, o valor dos créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social, calculados com base no saldo de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social. Conforme estabelecido na Resolução nº 1.189/09 do Conselho Federal de Contabilidade, a empresa não apresentou quadro demonstrativo dos cálculos com os eventos das diferenças temporais e cronograma para a realização dos referidos créditos fiscais registrados. Caso os resultados futuros não correspondam com as expectativas da empresa, os saldos das contas envolvidas estarão sujeitos aos ajustes contábeis necessários com reflexo sobre o Ativo Não Circulante, Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício.

4) A empresa possui restrição fiscal junto a Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional tendo em vista a existência de processos com suspensão de cobrança em fase de discussão de defesa apresentada. Existem também diversos processos de execução fiscal de cobrança do IPTU que se encontra em fase de defesa. Na opinião dos consultores jurídicos, através de respostas as cartas de circularização, esses processos não representam risco de perda desfavorável para a empresa. Ressaltamos que as declarações de rendimentos e as contribuições sociais estão sujeitas a eventual lançamento adicional dos tributos por parte das autoridades fiscais durante o prazo de cinco anos.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. A administração da companhia decidiu apresentar essa demonstração como informação suplementar às IFRS e legislação brasileira, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Conhecimento que Gera Valor

Publicação das demonstrações contábeis

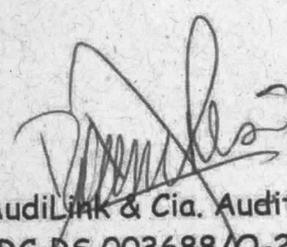
As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 já foram publicadas no Diário Oficial do Estado em 30 de abril de 2015.

Aumento de capital

Conforme mencionado na nota explicativa 18, por intermédio de reunião ordinária do Conselho de Administração realizada em 30 de abril de 2015, o capital social da empresa foi aumentado para R\$ 1.510.922 mil mediante integralização de R\$ 246.165 mil, sendo o montante de R\$ 153.152 mil com incorporação de adiantamentos para aumento de capital, R\$ 8.513 mil com incorporação de créditos de juros sobre o capital próprio e o valor de R\$ 84.500 mil referente incorporação de imóvel de propriedade do Governo do Estado.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores, conforme Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis datado de 23 de maio de 2014, que conteve modificação quanto às ressalvas mencionadas nos parágrafos "1", "5" e "6" de **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis**, quanto à falta de confirmação de saldos com instituição financeira, da falta de análises sobre os saldos de Outras Contas a Receber no valor de R\$ 626 mil e Títulos a Receber no valor de R\$ 2.220 mil, de diferença de R\$ 898 mil no saldo de Cauções, do saldo de Juros sobre o Capital Próprio no valor de R\$ 8.514 mil, do saldo da Provisão de Férias no valor de R\$ 1.262 mil, e de diferença no saldo da Provisão para Perdas de Créditos no valor de R\$ 730 mil, e **Ênfase** quanto aos assuntos mencionados nos parágrafos "1" e "2".



AudiLink & Cia. Auditores
CRC-RS 003688/O-2 F-PE
Roberto Caldas-Bianchessi
Contador CRC/RS 040078/O-7 S-PE